CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 00231/89 (APENSO PROC.3176/88-DREL)

PROCESSO CEE N° 00189/89 (APENSO PROC.3775/88-DREL)

PROCESSO CEE N° 00071/89 (APENSOS PROC.3555/88-DRES; Proc. 1591/88 e PROC. 1592/88 -DEE- REGISTRO)

INTERESSADOS: MARCUS SAMUEL LAFAYETTE SILVEIRA MARTINS RODRIGUES PEREIRA, ADRIANA ALVES MUNIZ GIACCIO, ROGÉRIO MENDES, ISABEL CRISTINA BARBOSA, GILBERTO DOS SANTOS JÚNIOR, GUILHERME AGOSTINHO DE RAMOS, ANA NERI PEREIRA, LUIZ ANTÔNIO DA SILVA E EDUARDO TERUHIRO SHIMAMOTO.

ASSUNTO: CONVALIDAÇÃO DE ATOS ESCOLARES E REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR POR TEREM SIDO MATRICULADOS NO ENSINO SUPLETIVO SEM IDADE LEGAL.

RELATOR: CONS° OCTÁVIO CÉSAR BORGHI

PARECER CEE N.º245 /89 APROVADO EM 08/03/1989.

Conselho Pleno

1-HISTÓRICO:

1.1 Tratam os autos de solicitações formuladas por unidades escolares jurisdicionadas à Divisão Regional de Ensino de Santos e à Divisão Especial de Ensino de Registro, no sentido de serem convalidados os atos escolares e a conseqüente regularização da vida escolar de alunos matriculados no Ensino Supletivo -Modalidade Suplência de 2º Grau - em desacordo com a Deliberação CEE n° 23/83, no que tange à idade mínima para ingresso e freqüência nesse tipo de ensino e que não tiveram suas matrículas anuladas pelas autoridades competentes, descumprindo-se, dessa forma, as normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação através da Deliberação CEE n° 22/86.

1.2 os casos que nos cabe analisar, no presente Parecer, são os seguintes:

1.2.1 Marcus Samuel Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira e Adriana Alves Muniz Giaccio, constantes do Processo CEE n° 00231/89 (apenso 3176/88, da Divisão Regional de Ensino de Santos, alunos que cursaram o Colégio "Cruzeiro do Sul", na cidade de Santos.

1.2.1.1 Marcus Samuel Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira cursou a 1ª série do ensino de 2º grau, na EEPSG "Dona Escolástica Rosa", no ano letivo de 1985, tendo sido promovido. No 2º semestre de 1987 foi matriculado no 2º termo do Curso Supletivo de 2º Grau no Colégio Cruzeiro do Sul, tendo sido promovido para o 3º termo. No 1º semestre de 1988, quando cursava o 3º termo, teve sua matrícula cancelada por orientação da Supervisão de Ensino, por força da Deliberação CEE 22/86, permanecendo irregular o 2º termo cursado em 1987 uma vez que o aluno nasceu em 09/junho de 1968. O aluno aguarda decisão deste Colegiado para prosseguir seus estudos.

1.2.1.2 Adriana Alves Muniz Giaccio cursou a 1ª série do 2º grau na EEIPSGES "Batista", de Campinas, no ano letivo de 1986, tendo sido promovida. No 2º semestre de 1987, foi matriculada no 2º termo do Curso Supletivo de 2º Grau do Colégio "Cruzeiro do Sul", de Santos, tendo concluído o termo e sido promovida. No 1º semestre de 1988 matriculou-se no 3º termo e teve sua matrícula cancelada por força da Deliberação CEE 22/86. No 2º semestre de 1988, matriculou-se novamente e concluiu o curso, agora com idade legal. Contudo, ficou irregular sua situação no período cursado durante o 2º semestre de 1987, quando não tinha, por ter nascido em 14/09/67, idade legal para cursar o 2º termo.

1.2.2 Rogério Mendes, constante do Processo CEE n° 00189/89 (apenso 3775/88-DREL), aluno da EEPSG "Marquês de São Vicente, que cursou nesta escola o 2º termo do Curso Supletivo de 2º Grau no 2º semestre de 1988, após ter cursado a 1ª série do 2º grau, em 1985, na EEPSG "Profa. Zulmira Campos. A situação do aluno esteve irregular ao cursar o 2º termo, visto ter nascido em 30 de agosto de 1968.

1.2.3 Alunos que freqüentaram a EEPSG "Azevedo Júnior", em Santos, constantes do Processo CEE n° 00071/39 (apenso 3555/88-DRES) Isabel Cristina Barbosa, Gilberto dos Santos Júnior, Guilherme Agostinho Ramos e Ana Neri Pereira.

1.2.3.3 Isabel Cristina Barbosa, nascida em 24/01/68, cursou o 2º termo no 2º semestre de 1987 e o 3º termo no 2º semestre de 1988.

1.2.3.2 Gilberto dos Santos Júnior, nascido em 25 de agosto de 1967, cursou no 2º semestre de 1987, o 2º termo do Curso Supletivo de 2º Grau, tendo concluído o 3º termo em 1988.

1.2.3.3 Guilherme Agostinho Ramos, nascido em 10/10/1967, cursou o 2º termo do Curso Supletivo de 2º Grau no 2º semestre de 1987, tendo sido promovido para o 3º termo, do qual desistiu em 1988;

1.2.3.4 Ana Neri Pereira, nascida em 11/06/74, cursou, em 1987, o 1º termo do Curso Supletivo - Modalidade Suplência I, com 12 anos, 8 meses e 5 dias, quando o exigido pela legislação é 14 anos completos na data do início das aulas.

1.2.4 Eduardo Teruhiro Shimamoto, constante do Processo CEE nº 00071/89 (apenso 1591/88-DEE- Registro), aluno da EEPSG "Prof.º Agnello Leandro Pereira", de Pedro de Toledo, nascido em 09 de abril de 1968, que cursou o 2º termo do Curso Supletivo de 2º Grau, no 1º semestre de 1988, e o 3º termo no 2º semestre do mesmo ano.

1.2.5 Luiz Antônio da Silva, nascido em 28/06/68, constante do Processo CEE na 00071/89. (apenso 1592/88-DEE- Registro). O aluno cursou na EEPSG "Prof. Agnello Leandro Pereira", de Pedro de Toledo, o 1º termo, em 1987 e, em 1988, os 2º e 3º termos do Curso Supletivo de 2º Grau.

2-APRECIÇÃO

2.1 Versam os autos sobrepeditos de convalidação de atos escolares, com a conseqüente regularização de vida escolar, de vários alunos que freqüentaram unidades escolares jurisdicionadas à Divisão Regional de Ensino de Santos e à Divisão Especial de Ensino de Registro, por terem sido matriculados no ensino supletivo sem a idade mínima prevista por lei.

2.2 A legislação é bastante explícita na exigência dos mínimos de idade, razão pela qual os Diretores de Escola devem, ao receber solicitações de matrículas, verificar o dia, mês e ano em que o candidato nasceu e confrontar com a data marcada para o início das aulas.

2.3 Em face a ocorrência de inúmeras solicitações de convalidação que vinham sendo encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação, este Colegiado deliberou baixar normas que coibissem o descumprimento da Lei.

2.4 por isso, através da Deliberação CEE n.º 22/86, determinou que os órgãos de Supervisão verificassem, dentro do prazo de 30 dias a contar do início das aulas, os prontuários dos alunos, uma vez que, pelo artigo 14 dessa Deliberação são tidas como nulas as matrículas de alunos sem idade mínima legal.

2.5 se a ação Supervisora tivesse ocorrido a tempo, certamente os alunos-objeto desses autos estariam com sua situação já definida, cancelando-se as matrículas, em face da sua mensalidade.

2.6 Nesse sentido, e fundamentando-se nos estritos termos em que foi redigida a Deliberação CEE n.º 22/86, a Coordenadoria de Ensino do Interior entende que, sendo consideradas nulas as matrículas, não são as mesmas susceptíveis de convalidação, pois o ato nulo não produz efeito, carecendo de eficácia a ser restabelecida.

2.7 Por assim entender, a Coordenadoria de Ensino do Interior não vinha remetendo à análise do CEE os casos de matrícula por falta de idade mínima legal.

2.8 Nesse sentido, a Coordenadoria de Ensino do Interior agia de modo absolutamente correto. Detectada a irregularidade, cabia à autoridade supervisora cumprir o que reza a norma legal, ou seja, no prazo fixado, cancelar a matrícula e apurar as responsabilidades de quem a praticou.

2.9 Entendo, contudo, que a nulidade da matrícula não pode ser genérica. É preciso que seja praticado o ato formal que lhe dá eficácia. E tal ato é o cancelamento da matrícula por quem a lei conferiu competência. Somente assim se configura o atingimento do direito individual, subjetivo.

2.10 Nos casos que estamos analisando, não houve o ato formal de cancelamento da matrícula dos alunos ou, quando houve, foi praticado de forma totalmente .extemporânea, quando a situação de manifesta irregularidade já estava configurada.

2.11 Por isso, analisamos caso a caso e detectamos;

2.11.1 em todos os casos, não houve qualquer participação dolosa dos alunos;

2.11.2 as falhas administrativas são, sempre, justificadas pelas autoridades escolares, algumas das quais lamentam o ocorrido;

2.11.3 em todos os casos, as instâncias de Administração da Secretaria da Educação opinam pela convalidação dos atos escolares, à exceção da C.E.I., que levanta a questão já mencionada da nulidade;

2.11.4 Casos análogos já foram objeto de convalidação por parte deste Colegiado?

2.11.5 não há razão para penalizar os alunos por falhas cometidas pela administração,

2.12 Por esta razão entendo que podem ser convalidados os atos escolares praticados pelos alunos objeto deste Parecer e serem consideradas regularizadas a vida escolar de cada um deles.

2.13 Necessário se torna, uma vez mais, reiterar à Secretária da Educação que determine aos agentes de Supervisão que faça cumprir as normas da Deliberação CEE 22/86.

3-CONCLUSÃO:

3.1 São convalidados os atos escolares e ficam regularizadas a vida escolar dos alunos Marcus Samuel Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira, Adriana Alves Muniz Giaccio, Rogério Mendes, Isabel Cristina Barbosa, Gilberto dos Santos Júnior, Guilherme Agostinho de Ramos, Ana Neri Pereira, Luiz Antônio da Silva e Eduardo Teruhiro Shimamoto, nos períodos em que cursaram o ensino supletivo, sem a idade mínima legal exigida para a efetivação da matrícula.

3.2 Recomenda-se à Secretaria de Educação que reitere a necessidade do cumprimento da Deliberação CEE 22/36.

3.3-Dê-se ciência dos termos do presente Parecer aos interessados e às respectivas unidades escolares.

São Paulo, CEE, 8 de março de 1989.

a) Cons^o Octavio César Borgui
Relator

PROCESSOS CEE N^os, 0231-0189-0071/89 PARECER CEE N^o 245 /ág-
DELIBERAÇÃO DO PT.t-MKn^o

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em conformidade com os termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 08 de março de 1989

a) Cons? Jorge Nagle

Presidente